

CICLO DIPLOMACIA E POLÍTICA EXTERNA

Instituto Diplomático – MNE

Jaime Gama e a política externa portuguesa

Conferência pelo Embaixador António Martins da Cruz

(Palácio das Necessidades, Lisboa, 18 de Dezembro de 2012)

Introdução

1. Não tinha regressado a este Ministério desde finais de 2003. Por nenhuma razão especial. Mas como alguns se recordarão decidi afastar-me da carreira diplomática, por entender que quem exerce cargos de responsabilidade política neste Ministério não deve regressar à diplomacia. Anunciei-o aliás no primeiro dia. Aqui nesta sala.

Estou noutra.

Mas não encontrei nem coragem, nem motivos, para resistir ao convite da Dr^a Manuela Franco para voltar por um fim de tarde ao Ministério dos Estrangeiros para falar sobre a influência e as marcas que deixou o Dr. Jaime Gama na política externa portuguesa nos últimos 30 anos. Sobretudo quando me foi dito que Jaime Gama concordara com a sugestão. Esta ideia da Directora do Instituto Diplomático de organizar um ciclo de conferências onde antigos titulares do cargo falam de antigos Ministros dos Estrangeiros tem riscos evidentes.

Principalmente quando o visado ainda está, graças a Deus, entre nós. O que não foi o caso da conferência anterior. Vamos adiante. “Audaces fortuna juvat”.

Conheci Jaime Gama em 1965 ou 66, nesse poderoso centro de atracção que era, para um aluno de Direito, o “bar das Letras”. Vivíamos em mundos diferentes, cada um com os seus círculos de amizades, de interesses e de perspectivas.

Isso não impediu que, anos mais tarde, nos tenhamos lembrado, com a saudade que traz a idade, desses momentos em que nos cruzáramos.

Mas talvez isso tenha tido para mim alguma importância para acompanhar, com a curiosidade do diplomata em diversos postos seguidos no exterior, a carreira política de Jaime Gama.

Vou falar muito pouco dessa carreira aqui hoje. O Dr. Jaime Gama, quando o entender, e se o entender, escreverá memórias ou autorizará biografias.

O que acho interessante é procurar encontrar os tempos em que construiu a política externa portuguesa.

Gostaria de agradecer a antigos colegas de Jaime Gama no Conselho de Ministros que quiseram recordar comigo alguns traços da sua personalidade e acção política. Também antigos colaboradores directos

seus no MNE partilharam episódios das suas passagens pelos Estrangeiros. E agradeço ainda a Fernando Lima, que comigo passou algumas horas na Hemeroteca a pesquisar jornais das épocas que vamos visitar.

Como antigo funcionário deste Ministério conheci depois Jaime Gama como Ministro, tratei directamente com ele dezenas e dezenas de vezes. Creio que estabelecemos relações pessoais de amizade e respeito pelas posições próprias. Sucedi-lhe no cargo e os seus conselhos foram para mim de grande utilidade.

Mas não falarei hoje de nenhuma destes encontros. Porque é cedo, e porque jamais o faria sem o seu assentimento. Ficará para outra altura ou para algum livro.

Resumo Biográfico

2. Sem insistir na sua biografia, será sempre útil recordar os passos mais importantes da vida política de Jaime Gama.

Em 9 de Junho de 1983 tomou posse o IX Governo Constitucional. Nunca entendi a razão porque se numeram os Governos em Portugal desde 1974.

Esta bizzarria portuguesa, porventura única nos países europeus, facilita-nos hoje a análise do que sucedera.

Com a morte de Sá Carneiro, e sem eleições, tivemos em Portugal dois Governos chefiados por Pinto Balsemão em coligação entre o PPD-PSD, o CDS e o PPM, a Aliança Democrática. Esgotados em apoios e em políticos, como sempre sucede em Portugal, as eleições de Abril de 1983 ditaram uma coligação PS-PPD, que deu origem ao Bloco Central.

É nesse Governo de coligação que Jaime Gama se inicia, pela primeira vez, como Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Nascido em São Miguel em Julho de 1947, licenciado em Letras na Universidade de Lisboa em 1970, candidato a deputado pelo CEUD em 1969, Jaime Gama esteve preso durante a ditadura e foi fundador do PS em 1973 na Alemanha. Eleito deputado à Constituinte de 1975, foi, desde então, deputado, excepto nos tempos em que foi Ministro da Administração Interna no Primeiro Governo de Mário Soares, de 1976 a 1978, Ministro dos Negócios Estrangeiros duas vezes, e Presidente da Assembleia da República de 2005 a 2011.

Acumulou ainda o MNE com o Ministério da Defesa durante cinco meses em 1999.

Jaime Gama, exceptuando um cargo não executivo numa multinacional portuguesa e outro numa editorial, escolheu uma vida construída como político, para além do jornalismo que praticou episódicamente.

Não é a sua carreira política, marcante para Portugal e para a sua formação política, que nos interessa hoje aqui. Mas antes a sua personalidade, a sua sedução pela história, como soube introduzir argumentações e resistir a pressões na frente da política externa.

Nos séculos XX e XXI, só Salazar, como Ministro, ocupou mais tempo a pasta dos Estrangeiros (mais 510 dias). E em interinidade e acumulação de cargos.

Gama foi Ministro a tempo inteiro, neste Ministério, 3231 dias, exceptuando quando acumulou 5 meses com a Defesa. Em democracia, na Monarquia, na 1ª República ou depois de 1975, nenhum político foi durante tanto tempo responsável pela política externa portuguesa. Nem mesmo Franco Nogueira (3077 dias) durante o consulado de Salazar.

Política externa na Constituinte

3. Interessante sublinhar o que foi porventura uma das suas primeiras manifestações na área da política externa em trabalho parlamentar, em

plena Assembleia Constituinte. Em 20 de Novembro de 1975 dirige um requerimento à mesa questionando a posição de Portugal na Assembleia Geral da ONU, votando a favor de uma proposta condenando o sionismo como forma de racismo e discriminação social. Por “insólita na diplomacia portuguesa” e procurando averiguar as “consequências negativas da posição tomada”. Portugal votara essa proposta por indicação do Governo e certamente do Ministro dos Negócios Estrangeiros da altura. Não sei se o requerimento de Gama foi respondido, mas todos sabemos que essa posição foi abandonada, como tantas outras assumidas nesses tempos de 1975, quando Portugal era arauto de um terceiro mundismo por entre tensões e conflitos que prejudicaram a nossa posição no mundo. Na Assembleia, Jaime Gama interrogava-se – e bem – sobre um dos ângulos da efémera e espúria teoria do “pontismo”, que se esfumou tal como os seus estrategas. E que nos deixou em equilíbrios instáveis, e indefensáveis, até ter sido apontado, pelo Primeiro Governo Soares, e Primeiro Governo Democrático, o rumo da Europa.

Primeira passagem pelo MNE: 1983 - 1985

4. Com o fim do segundo executivo Balsemão, sai das eleições um Governo de coligação em Junho de 1983. Para nos situarmos: o Partido

Socialista, além de Mário Soares, tinha oito Ministros, o PSD sete, e ainda um independente, Ernani Lopes, nas Finanças.

No dia seguinte, o “Diário de Notícias” deu conta da cerimónia de posse e dos discursos de Eanes e Soares. O título era sugestivo: “Polémica nas entrelinhas e coincidências no diagnóstico”. Segundo aquele jornal, que então ainda era uma referência diária, Jaime Gama, nos Estrangeiros, era um dos “cinco homens fortes no Governo” (DN, 10.06.1983, pag. 5). Partilhava esse poder, segundo o DN, com Mário Soares, Mota Pinto, Almeida Santos e Ernani Lopes. O Expresso do mesmo dia era, como sempre, mais incisivo: “Soares insiste nas dificuldades, Eanes nas condições favoráveis”.

Curiosa a análise dedicada a Gama no DN por um comentador, aliás conselheiro do actual Presidente da República. Intitulava-se: “Jaime Gama: a defesa por outros meios”.

Era uma avaliação radical: “Confesso que o via melhor na Defesa. O ar pesado e o andar cabisbaixo projectam-se muito mais para a moldura do paisano a observar manobras ou desfiles, do que para o verniz das chancelarias. A voz, porém, é de contralto, o que não se espera. Há casos em que por detrás de assimetrias como esta se escondem virtudes diplomáticas”. E mais adiante: “Cabe-lhe a ele demonstrar que o

sobressalto que alguns sentiram ao sabê-lo ministro não foi um aviso mas tão só um desafio” (Diogo Pires Aurélio).

Jaime Gama demonstrou o equívoco dos comentadores. E que estes, e outros desafios, eram afinal estímulo e oportunidades.

Sem a CNN e os canais de notícias contínuas, que nos trazem casa a dentro, cada meia hora, a globalização e normalmente as suas piores imagens, o mundo era ainda um horizonte longínquo e difuso para os portugueses há 30 anos. A política internacional era uma zona misteriosa, para diplomatas e um ou outro investigador. Por vezes era mesmo uma arma de arremesso na política interna. Não estava como hoje quase ao nível do futebol, principalmente para comentadores “omnibus”, que param em todas as estações e também na política externa.

Quais foram as preocupações e as prioridades que determinaram a acção de Gama?

5. A política externa portuguesa passou por várias fases desde 1974. A primeira foi curta e controversa. Teve a ver com a descolonização, a procura de apoios para consolidar a democracia e a recuperação de uma imagem externa democrática.

As Necessidades tiveram quatro titulares num ano e as posições portuguesas no mundo eram tributárias das convulsões internas, dos golpes e contra-golpes, dos conflitos ideológicos e militares.

Gama assume os Estrangeiros no final da segunda fase, que vai do pedido de adesão à Comunidade Económica Europeia no primeiro Governo Soares (Gama era Ministro de Administração Interna) em 1977 até à adesão em Janeiro de 1986. Coíncidiu com a democratização constitucional, a conquista da estabilidade e a procura da visibilidade positiva possível na Europa e no mundo.

Para registo de algum historiador que se interesse pelo tema, a terceira fase irá de 1986 até 2011 ou até aos dias de hoje, porque ainda é cedo para conhecer a extensão dos custos externos que nos trouxe o “bail-out” e a intervenção de 2011.

Também não chegou o tempo para, como dizia o Padre António Vieira “fazer a divisão da história” recente. Tal como sucedeu com o final das épocas históricas (a queda de Roma, a queda de Constantinopla, a queda da Bastilha), talvez daqui a dezenas de anos se situe o final da época contemporânea entre a queda do muro de Berlim e a queda do “Lehman Brothers”.

Mais do que esta cristalização, o que de verdade nos interessa hoje é que Gama dirigiu de novo a política externa portuguesa numa das épocas áureas dessa terceira fase, de 1995 a 2002.

6. Em Janeiro de 1983, estávamos ainda em plena guerra fria, cuja agenda passava por Angola, por Moçambique, pela África Austral. Timor continuava ocupado pela Indonésia. Na Península, Gonzales consolidava a democracia, procurava unir as duas Espanhas e transformar Madrid numa capital de referência internacional. A NATO era essencial para a nossa defesa, tal como as capacidades dos Estados Unidos. Mas o grande desafio da nossa política externa era, na expressão feliz de António Jose Telo, “acertar o passo pela Europa”.

“A Europa connosco” era o horizonte de esperança e de segurança dos portugueses. Que em cinco anos assistiram a duas intervenções do FMI. Com a habitual excepção do Partido Comunista, os partidos de coligação e, com entusiasmo e humores variáveis, o próprio CDS, eram favoráveis. Começava a empatia dos portugueses com a Europa.

As negociações de adesão arrastavam-se desde 1977. Porque eram complexas e porque alguns Estados membros, como a Alemanha, entendiam que Portugal deveria esperar pela Espanha. A separação

dos dois “dossiers”, tal como nos dias de hoje a distinção do “caso grego”, era uma das linhas sublinhadas pela nossa diplomacia.

A Europa atravessava uma fase interna difícil, já então opondo ingleses e o núcleo inicial. A Grécia consegue adiantar-se, com o claro apoio francês, que aspira já a ser o porta-voz da Europa do Sul e assim ganhar interlocução e peso face a alemães e ingleses

7. Perante esta situação, o Governo decide em 1984 criar um facto político na Europa. Face ao impasse das negociações e à obrigação de esperar por entendimentos nos diferentes capítulos entre a Europa e a Espanha.

Portugal antecipa-se e consegue um “constat d’accord” em Outubro de 1984. Foi uma declaração simples mas significativa. Os dez Estados membros reconheciam que, apesar das dificuldades de negociações, a adesão iria ocorrer em Janeiro de 1986. E consegue ainda que Felipe Gonzales reconheça formalmente que Portugal não seria prejudicado por demoras nas negociações de adesão espanhola.

Tudo isto parece hoje evidente, mas estas duas declarações são também uma vitória política de Gama, a quem escapava o ritmo e os “timings” das negociações, entregues a Ernani Lopes, nas Finanças. Foram a consolidação do designio da adesão. Pela primeira vez, os Dez

(ainda não eram 27) julgavam Portugal pelos seus méritos próprios políticos.

Na última fase das negociações de adesão, Jaime Gama consegue outras duas vantagens qualitativas importantes para o Ministério dos Negócios Estrangeiros: um discurso com enquadramento político, que se distingue da linguagem tecnocrática europeia de outros políticos da altura, e a preparação do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o post-adesão.

No primeiro caso, tome-se por todos o discurso na Assembleia da República, em Abril de 1985, sobre o significado da adesão de Portugal à CEE. É uma das primeiras visões, em política externa pura, das consequências e do significado para Portugal da adesão à Europa. São analisadas as implicações dessa adesão nos diferentes estratos da administração mas sobretudo na vida dos portugueses. Prevê as alterações no próprio MNE. Mas o pano de fundo, as entrelinhas do discurso no Parlamento são uma mensagem e uma lição de história para europeus: “Portugal, que abriu os horizontes do espírito europeu no século dezasseis (...) vai voltar a abrir horizontes ao espírito europeu do século vinte”. E sublinha “Da Europa, Portugal não tem só a receber. À Europa, Portugal tem muito para dar”.

Gama é lapidar. A adesão não é só o apoio da Europa, a transformação do País, a modernização da administração, o crescimento económico e a estabilidade democrática. É também o que Portugal acrescenta à política, aos desígnios e à influência do poder europeu no mundo. A realidade não é só a Europa conosco, é a Europa cresce conosco.

Depois muitos o sublinharam, e alguns souberam seduzir e retirar devidos. Mas Gama foi dos primeiros a ter a lucidez de o dizer. Para dentro, recordando o passado. Para fora, lembrando que Portugal trazia para a Europa um património histórico que era afinal uma mais-valia que compensaria custos, hesitações e até alguma soberba europeia.

8. Portugal tem um passado maior do que o presente. E procura ter uma política externa universal o que não é comum num país da nossa dimensão.

Gama escolhia o momento e acrescentava a dimensão histórica e estratégica à integração europeia. Este factor evitaria que o novo paradigma europeu reduzisse a escala de uma política externa demasiado grande para o País que batia à porta da Europa. O eixo central dessa política externa ia passar a ser a Europa. Como é ainda hoje. E Jaime Gama teve essa percepção, antecipava disfunções para dentro e projectava dimensões para fora.

Era o ângulo da política pura que fazia a diferença entre Gama e tantos outros actores na vida pública. Aliado a um dos maiores prazeres intelectuais de Jaime Gama: dizer só o que quer e não o que os outros querem ouvir.

Como ainda hoje o eixo prioritário da nossa política externa é a Europa e não há nenhuma alternativa a essa prioridade, continua válida toda a avaliação então avançada.

A sua acção foi ainda determinante, nas vésperas da adesão, para encerrar o dossier das pescas, em díficeis negociações com a Espanha, aqui nesta Casa, que foram o corolário do trabalho feito junto dos Estados membros. Numa diplomacia bilateral de adesão que Gama dirigiu, com ritmos que enquadravam ou antecipavam o trabalho e os equívocos em Bruxelas.

Outra das impressões digitais de Gama foi a rapidíssima elaboração da legislação sobre as novas estruturas da integração europeia no Ministério dos Estrangeiros. Trazendo definitivamente para o MNE a coordenação das questões europeias, o que não era liquidado na altura no próprio Governo. Legislação cuja filosofia e estrutura, 27 anos depois, ainda está em vigor com um ou outro retoque que a experiência deve ter aconselhado. E também, por parte de alguns políticos, os habituais impulsos pela forma, em detrimento do conteúdo.

A herança de 1985

9. No inventário que faz de dois anos nos Estrangeiros, em Julho de 1985, Gama aponta, para além da Europa, os objectivos conseguidos: a Espanha, os Países Africanos de expressão oficial portuguesa e o Brasil, o acordo das Lajes e o Acordo das Flores, Timor-Leste, a NATO e as Nações Unidas

(Jaime Gama, *Política Externa Portuguesa 1983-1985*, Ed. MNE. Pgs. 309 a 316)

Na verdade, trata-se como ele próprio disse, de “determinar com exactidão o lugar de Portugal no mundo”. Partidário da eficácia do silêncio, não houve muitas intervenções nestes dois anos e ainda menos entrevistas.

As relações com Espanha foram uma das suas prioridades. Como dizia Victor Cunha Rego, “a Espanha é, ou deve ser, a nossa política externa permanente (...) Portugal é europeu e é na Europa que recupera forças neste momento. Mas se nos confundirmos demasiado com a Espanha, a Europa delegará nela o que nos diria respeito” (V.Cunha Rego, *Os Dias de Amanhã*, pg. 210).

Tal como com a África de língua portuguesa. Apesar das más relações do seu Partido e até do Primeiro Ministro de então com Angola, Gama procurou sempre garantir que a fluidez das nossas relações com a Espanha e com o espaço da lusofonia, incluindo o Brasil, fossem simultâneamente uma mais valia na Europa e a manutenção dos traços identitários das nossas relações externas.

Daqui decorre também a importância de equilibrar posições com os Estados Unidos, o designio da Aliança Atlântica, a renovação do Acordo das Lajes. O último em que Portugal recebeu contrapartidas, canalizadas para a Fundação Luso-Americana.

Gama defendeu e procurou um sistema de entendimentos com os Estados Unidos. Como açoriano, tinha uma percepção clara da importância dessa aliança para o espaço atlântico português, para a nossa defesa. E para garantir as vantagens geo-estratégicas e alavancar as suas dependências.

Nesse tempo, Timor-Leste era um muro intransponível, já entregue ao ritmo próprio das Nações Unidas. Restava denunciar as violações quotidianas dos direitos dos timorenses, o que Gama fez na ONU e sempre que teve oportunidade. Uma das constantes da sua acção era a defesa dos direitos e das liberdades, no que devia ser uma constante da política externa.

Macau só salta para as atenções das Necessidades na fase final de Gama no Ministério, quando acompanha o Presidente Eanes à China em Maio de 1985, e constatam com alguma surpresa, e já em Pequim, a vontade chinesa em iniciar o processo de transição de Macau. Gama aliás estaria ali em Dezembro de 1999, quando se transmitiu a administração de território à China.

Nunca descurou os outros vectores da política externa; o Mediterrâneo, as ligações com os países árabes, a América Latina, a cooperação que dava os primeiros passos de forma estruturada, e as Nações Unidas por onde passavam temas que nos interessavam directamente. A defesa das Comunidades portuguesas – outra das constantes desta Casa, e da língua portuguesa.

Foi nestes dois anos que Gama começou a criar o seu “networking” internacional, a mover-se no mundo com à vontade. Ficou a situar melhor a realidade portuguesa e a avaliação estratégica no mundo real, que não é estático. E a conhecer o Ministério e diplomatas mais jovens que depois viria a chamar para funções chave quando regressou.

Jaime Gama sai das Necessidades para a oposição, em Novembro de 1985, respeitado por todos: pelo seu próprio partido, pela oposição que assume o Governo, pelos diplomatas e pelos interlocutores estrangeiros. Ficaram a conhecer a profundidade do seu pensamento, hesitando

perante a sua prudência por vezes excessiva, admirados porque pela primeira vez um Ministro dos Estrangeiros praticava quando entendia o silencio, com mais peso e mais efeito do que a palavra.

1985 – 1995: alterações com a Europa

10. Quando regressa aos Estrangeiros em Outubro de 1995 encontra uma política externa mais diluída, prioridades centradas no modelo europeu e um Ministério diferente.

O terceiro Governo Cavaco terminara como acabam geralmente os Governos em Portugal: sem glória. Com tabús, com pântanos, com idas apressadas para a Europa ou com os credores a bater à porta e a exigir cauções e memorandos.

As Necessidades vão resistindo, como podem ou como as deixam, a estes tropeções da política interna. Embora a generalidade da classe política, eu ia dizer partidária, não tenha a percepção que as Embaixadas em Lisboa enviam relatórios aos seus Governos que vão estreitando margens de manobra e credibilidade à nossa voz externa.

Em Outubro de 1995 haviam passado pelos Ministérios três executivos de Cavaco Silva.

Portugal levava praticamente dez anos como Estado Membro da União Europeia, nessa altura ainda Comunidade Europeia. O Acto Único criara o mercado interno, e Maastricht a União Económica e Monetária, e o que viria a ser o Euro, para citar apenas dois marcos importantes.

A cooperação política europeia desenhava as futuras bases da Política Externa Comum, escoltada pelas putativas Segurança e Defesa europeias.

Caíra o Muro de Berlim, implodira a União Soviética, terminara a guerra fria.

Acabara o apartheid, a Namíbia era independente, tinham sido assinadas as pazes nas guerras civis de Angola e Mocambique, embora com amplitudes, sequências e tempos distintos.

Mudara o panorama e o mapa político na África Austral. A CPLP estava desenhada e pronta a irromper.

O Brasil ainda não avançara, a América Latina atolava-se em dívidas, a Espanha dinamizava o iberoamericanismo e lutava por ser um dos grandes na Europa. Os Estados Unidos construíam a hegemonia. E os Balcãs mergulhavam numa guerra étnica, fratricida e religiosa, perante as incapacidades de reacção das Nações Unidas e da Europa.

A política externa portuguesa entrara numa nova fase, que Jaime Gama acompanhara no Parlamento.

A Europa era o novo paradigma dessa política externa. Como ainda hoje, até pelas circunstâncias.

Os Conselhos Europeus e o relacionamento pessoal e político inevitável entre os seus membros, acentuara a chamada “diplomacia do Primeiro-Ministro”. As grandes decisões europeias, mesmo em política externa, eram tomadas pelos Chefes de Governo (e a ambiguidade francesa do Chefe de Estado). Para os Ministros dos Estrangeiros ficava cada vez mais com a gestão das decisões. As suas iniciativas mesmo com a coordenação das agenda horizontais, eram burocratizadas pela máquina de Bruxelas.

A política europeia tendia a ser cada vez menos política externa, embora se mantivesse coordenada no MNE.

O que era importante para o crescimento económico e estabilidade de Portugal – a coesão económica e social, os fundos estruturais e de coesão, o PEDIP, o apoio às regiões ultraperiféricas (só para citar alguns exemplos) – só acessoriamente passou pelos Estrangeiros. Mesmo as grandes iniciativas de política externa de Portugal – a paz em Angola e a questão de Timor – foram iniciadas em S.Bento, ou pilotadas directamente de S.Bento. As relações bilaterais e o universo das Nações

Unidas ocupavam as Necessidades, a par com a cooperação, a defesa da língua e os mecanismos de apoio às comunidades portuguesas. A diplomacia económica não fazia parte da agenda ficando-se, na linguagem da época, pelo enquadramento político das questões económicas.

11. As Necessidades não escaparam a assimetrias e uma ou outra disfunção. Desde o pragmatismo de Pires Miranda até à abordagem política realista e a inteligência intuitiva de Durão Barroso. Que por razões de sucesso político teve mais peso e visibilidade quando era Secretário de Estado do que o Ministro de turno.

Sucederam-se as leis orgânicas, à procura de soluções que, como sempre em Portugal, visavam geralmente situações pessoais e só depois a eficácia ou a racionalidade.

E pouco a pouco, num deslizar quase imperceptível, os diplomatas foram-se adaptando aos consensos e à burocracia de Bruxelas, que chegavam da capital da Europa a todos os sectores do MNE.

Os apontamentos, as informações e as escassas orientações (na boa tradição das Necessidades) foram perdendo densidade. Foram-se

guiando pelos consensos comunitários, por uma visão mais eurocentrica do mundo.

Melhorou a qualidade de análise, esbateu-se a originalidade, a capacidade de iniciativa, que marcam por vezes a diferença.

Era inevitável? Provavelmente sim. E provavelmente sucedeu o mesmo com outros países da nossa dimensão e com a nossa periferia. Mas sem a nossa história e as nossas responsabilidades geoestratégicas.

A primeira Presidência europeia, em 1992, contribuiu fortemente para esta situação. Modernizou o Ministério, que descobriu a informática. Para citar a expressão feliz de um então jovem diplomata e hoje uma das “rising stars” desta Casa, a Presidência foi uma revolução cultural no MNE, exigindo pela primeira vez aos serviços uma cobertura a 360º graus da vida internacional, em vez dos 180º graus dos nossos interesses directos.

Nas periferias da multinacional em que se foi transformando o Ministério, ou seja, nas Embaixadas, dando-se por adquirido que o divisor comum europeu era a linha correcta, a hierarquia e os chefes das missões adaptaram-se. Por vezes a custo, reféns do espírito corporativo e do “gap” geracional. Com a ausência de instruções regulares para além das circulares e notas sobre reuniões europeias, ganharam paradoxalmente

margens de decisão e de acção que nem todos souberam, quiseram ou puderam aproveitar.

Quase de forma imperceptível, foi-se impondo também na restante Administração Portuguesa a necessidade de acompanhar as fórmulas comunitárias. Porque eram sinónimo de modernidade. E porque o discurso político ia nesse sentido. O vôo Lisboa-Bruxelas começou a parecer a Rodoviária Nacional.

Apesar da geometria variável das posições em Bruxelas, caminhou-se para acatar consensos, onde se procuravam encaixar, a montante, os interesses nacionais, e a juzante, os temas pontuais e circunstanciais. Aqueles que aparecem sempre à ultima hora, de que parece depender a salvação da Pátria, e que se esfumam com a pressa com que chegam.

Perante este panorama, que fez Jaime Gama na sua passagem pelas Necessidades a partir de 1995?

De novo no MNE: 1995 – 2002

- 12.No seu segundo mandato, beneficia das condições políticas internas. Partidárias porque o Governo é unitário e não de coligação. E políticas, já que Guterres nunca passara pelas Necessidades. Gama tinha condições favoráveis e pensamento sedimentado para determinar

ações de política externa. O que nem sempre sucede aos titulares deste Ministério em margem de manobra quando o Chefe de Governo já por aqui passou.

O seu prestígio e capacidade de agir adquire novas dimensões quando é Ministro de Estado, e número dois do Executivo, no Segundo Governo Guterres a partir de 1999. Cabe-lhe além disso a gestão política dos “gamistas” no Governo. Fala pouco no Conselho de Ministros, mas nas sessões informais a sua argumentação histórica e estratégica impõe-se.

Em 1995 sucede a Durão Barroso nas Necessidades. Não era fácil. Durão Barroso era a vedeta do último Governo Cavaco, tivera sucessos políticos indiscutíveis e reformara uma vez mais o Ministério (nova Lei Orgânica de 1994).

O ambiente não era resvaladiço. Os diplomatas são seguramente a primeira elite da Administração Pública portuguesa a adaptar-se às mudanças de cor política ainda antes delas ocorrerem.

Os desafios da política externa estavam estabilizados em dez anos na Europa.

Não havia escolha entre o “rewind” e o “forward”. Mas havia “nuances”, outras formas de afirmar os interesses e o fluxo contínuo da situação internacional, que se move por dinâmicas ou acontecimentos que geralmente os Estados não controlam.

13. Nestes sete anos de Gama nos Estrangeiros, a política externa teve constantes, que decorrem dos nossos interesses, e questões da actualidade, que geralmente ocupam mais tempo, exigem cuidados específicos e trazem maior exposição. Gama lidou bem com estas duas realidades de intensidades distintas.

Na Europa, os nossos interesses eram conhecidos, as políticas estáveis. O Ministério estava bem rodado, graças a Vitor Martins, Secretário de Estado encarregado das questões europeias durante os dez anos dos Governos Cavaco. Gama soube orientar a resposta adequada aos desafios europeus, aos novos tratados, à preparação da entrada no euro. E ao enquadramento junto das capitais europeias.

Portugal presidiu à União no primeiro semestre de 2000. Para Gama, a Europa corria normalmente. Achava, com voz tranquila, que as Presidencias estavam condenadas a correr bem. “É deixá-los falar”, comentava. Esforços, “quantum satis”.

Não foi por isso que não interveio, e com frequência, sobre temas europeus. Foram uma preocupação constante, pois a Gama nunca escapou a dicotomia de que sendo um parceiro europeu respeitado, Portugal aumentava a sua interlocução junto dos países-chave para a nossa política europeia. E simultâneamente crescia nas capitais do sul

por onde passa a nossa política externa. São atitudes que vamos ter que recuperar depois da crise.

Contaram as suas boas relações pessoais com Hubert Vedrine e Robin Cook, os únicos colegas, além do espanhol, que entendiam ao mesmo tempo a Europa e as responsabilidades da história.

Sente-se entusiasmo, e porventura uma maior reflexão, quando se ocupa das questões da defesa e segurança. Na Aliança Atlântica, e para além da manutenção da estrutura dos comandos, em difíceis negociações com a Espanha, Gama enfrentou a guerra nos Balcãs, a primeira intervenção das Forças Armadas portuguesas num teatro de guerra europeu desde a I Guerra Mundial, e o novo conceito estratégico da Aliança. Na União Europeia Ocidental, com um Secretário – Geral português, favoreceu uma integração faseada nas instituições europeias. E na OSCE, a primeira Presidência portuguesa da Organização, que Jaime Gama preparou desde 1996 com a Cimeira de Lisboa, e um esforço diplomático notável numa área que não era prioritária para Portugal, a Europa do Leste e a Ásia Central. Foi aliás aí, creio que no Uzbequistão, que o apanhou o 11 de Setembro, que daria novos impulsos às questões da segurança internacional.

Também as relações com a lusofonia ganham um novo com a criação da CPLP, que Durão Barroso deixara arquitectada. Gama viaja por África, ao contrário da fama que tinha de não gostar de países quentes.

Com a provável excepção de Angola, e por razões que não lhe podem ser imputadas, prossegue o reforço das nossas relações com África ao nível que elas exigiam por si mesmas e como factor de mais-valia no diálogo com europeus e norte-americanos.

Dá um novo impulso – e um novo edifício – ao Instituto Camões.

Cuida particularmente dos Estados Unidos e da Espanha. Apostando numa relação transatlântica forte, mantém um diálogo fluído com Washington, onde conta com a amizade e o apreço de Madeleine Albright.

Com a Espanha, Jaime Gama encontra em 1995 uma fase inédita das relações peninsulares. Em oito séculos de história cruzada, paralela e por vezes comum, Portugal e Espanha tinham pela primeira vez desde a adesão os mesmos objectivos estratégicos.

Gama já não necessitava de ameaçar o Ministro espanhol dos Estrangeiros, como fez uma vez em Estrasburgo durante as negociações de adesão, de retaliar com a marinha de guerra portuguesa caso as forças navais espanholas viessem escoltar barcos de pesca espanhóis em águas portuguesas, como insinuava o Ministro espanhol.

Mas cultivou, observou e agiu nas relações com Espanha quase em permanência, na União Europeia, na NATO, nas Nações Unidas ou em uma ou outra capital do mundo. O equilíbrio peninsular e a

normalização do quotidiano, mesmo durante as crises, foram constantes na sua acção, que tinha em pano de fundo os nossos interesses geo-estratégicos e, sempre, a história.

Em sete anos, teve ocasião de sublinhar os interesses de Portugal no mundo: Mediterraneo, Magreb, América Latina, mundo árabe, Ásia. Interessou-se de novo pela cooperação, visitou as Comunidades Portuguesas.

Macau estava em velocidade de cruzeiro, com Rocha Vieira ao leme, e a diplomacia portuguesa, em Macau e em Pequim, a monitorizar os calendários da transição.

Gama teve a visão de deixar ali, para marcar presença (de novo a história) o maior Consulado de Portugal no mundo.

Nas Nações Unidas, Portugal teve a sua presença rotativa no Conselho de Segurança em 1997-98. Mas foi necessário ganhar as eleições, negociar apoios, aproveitar sinergias. E acentuar a caixa de ressonância da ONU com um custo menor em termos de eficácia. Um País como Portugal, na vida internacional, tem que reagir e tem muito poucas oportunidades para agir. Sobretudo agora, que os Estados perdem cada vez mais iniciativas para outros actores internacionais.

Nas relações com a Santa Sé teve o mérito de perceber que as condições existiam, no Vaticano e na Igreja portuguesa, para uma

Revisão da Concordata. Que deixou adiantada. Negociações sempre complexas, pelas implicações delicadas, e por termos diante uma das melhores diplomacias do mundo, para quem o factor tempo não é essencial como para a generalidade dos Governos eleitos, com mandatos a cumprir e Parlamentos que fiscalizam.

14. Entre muitos outros, dois acontecimentos internacionais a referir:

A Guiné–Bissau, mais uma crise, em que a acção conjunta da diplomacia e das Forças Armadas permitiu projectar poder, proteger os portugueses, restabelecer a ordem. Negócios Estrangeiros e Defesa, o binómio favorito de Gama na governação.

Aliás quando acumulou com o Ministério da Defesa os seus colaboradores nas Necessidades queixavam-se que o viam pouco, fascinado pelas questões da defesa e pelas capacidades logísticas dos militares impossíveis de encontrar no MNE.

Mas foi na gestão do caso de Timor que Gama teve uma das suas mais significativas acções diplomáticas. Timor foi simultâneamente a última grande iniciativa digna desse nome de Portugal na esfera internacional e a única causa recente de política externa que a opinião pública apoiou, porque foi transversal à sociedade portuguesa.

Aproveitando as circunstâncias políticas na Indonésia, Gama teve o condão de conceptualizar as negociações, desconstruir a argumentação tradicional e entender que Portugal tinha uma ocasião única para alterar os parâmetros da questão. Cavalgou a onda, e comandou a onda. Os seus encontros com Alatas na ONU foram um “jogo do gato e do rato diplomático”, como dizia um seu colaborador, um permanente desafio entre dois estratégias.

Jaime Gama nunca desistiu da consulta ao povo timorense de que muitos, até em Portugal, duvidavam. Enquanto negocea com a Indonésia, tem em “stand-by” o sistema de alianças de Portugal preparado para pressionar se, e quando, necessário. Consegue viabilizar uma presença militar da ONU no período de transição, quando não era liquida a participação de forças portuguesas.

Ou seja, em quase todas as circunstâncias conseguiu impor as regras do jogo.

Alguem devia tratar este “case study” nos parâmetros e na dimensão que merece.

Conclusão

Jaime Gama, dizem alguns dos seus amigos, sempre gostou de descrever como pensavam a política os que estão à sua direita, conservadores, ou mesmo monárquicos.

É acima de tudo um institucional, no modo de se determinar em relação à forma de fazer política, seja ela externa, interna ou partidária. Como social-democrata no sentido europeu, esteve aliás sempre na direita do seu próprio partido.

Mas é curioso ver como também despertava fascínio na direita.

Para introduzir as conversas que tiveram sobre Angola, Jaime Nogueira Pinto descreve Gama num retrato como Henry Kissinger gostava de fazer nas suas memórias: “Gama é um dos raros políticos portugueses com cultura histórica e política, que lê para além dos jornais e dos livros de ocasião – e que digere e pensa o que lê. É um realista e um patriota que sai das banalidades juridico-económicas e das trivialidades dos seus confrades e que, sendo político e gostando do poder, sempre mostrou indiferença pelas coisas que o poder dá” (“Jogos Africanos”, pg. 374)

Dizia-me um dos seus colaboradores que os políticos têm normalmente memória ou inteligência criativa. Jaime Gama tem as duas. E exerce-as.

É mais reflexivo que intuitivo. Nos doutores da Igreja, preferirá S. Tomaz de Aquino a Santo Agostinho. Não é um homem de fúrias, mas de impaciências. Sendo um hedonista em part-time, uma ou outra vez com

rasgos de sibarita, percebeu como São Paulo que o invisível deve ser entendido pelo visível. Por isso quando Vasco Pulido Valente lhe perguntou de chofre numa entrevista se tinha lido Marx respondeu surpreendido: “Só li o Manifesto”. Estava tudo dito.

Na segunda passagem pelo Ministério dos Estrangeiros, Gama já era menos embiocado, para usar a expressão açoriana. Mas não queria ser cabeça de cartaz. E quando pensou nisso já em 2002, razões pessoais foram mais fortes do que um dos seus raros impulsos partidários.

Creio, e alguns dos seus amigos também, que nestes sete anos nos Estrangeiros atingiu a sua plenitude como político e estratega.

Falar sobre Jaime Gama não é fácil. Entrar na sua personalidade reservada e no seu pensamento complexo, e por vezes insondável, é um desafio que me ultrapassa.

Perguntar-me-ão então porque aceitei falar hoje?

Respondo como o Padre António Vieira: “Não me atrevera a falar com tanta largueza, se não pudera alegar por testemunhos os mesmos que podiam ser partes”.

(Pe. António Vieira, História do Futuro, Livro I, Cap. VII)